

SEGUNDA ETAPA

PROVA DISCURSIVA

- Preencha seu nome, data e identifique a prova (“discursiva”) nos campos próprios do caderno de prova. O campo “Caderno nº” deve permanecer em branco.
- **NENHUMA IDENTIFICAÇÃO OU MARCAÇÕES QUE POSSIBILITEM IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**, além das solicitadas em campos próprios, devem ser feitas no caderno de prova (capa) e/ou nas folhas de texto definitivo nele contidas, sob pena de nulidade da prova.
- As questões que serão abordadas nesta prova foram elaboradas com base no que consta do item 9.2 do Edital do Concurso.
- **A primeira parte, na qual poderá ser obtida nota máxima 6 (seis), é composta de 6 questões, todas de igual valor.** As respostas deverão ser dadas em espaço não superior a 25 (vinte e cinco) linhas. Eventual excesso será desconsiderado pela Comissão Examinadora.
- A segunda parte consiste de uma dissertação, sem limite de espaço, na qual o candidato deverá discorrer sobre a questão apresentada. **O grau máximo que pode ser atingido é 4 (quatro)**.
- As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação da prova, que será corrigida **sem nenhuma identificação do nome do candidato**.
- As folhas de texto definitivo da dissertação devem ser numeradas pelo candidato no campo próprio, mesmo se usada apenas uma folha.
- Caso sejam necessárias **folhas adicionais para a dissertação ou para rascunho**, erga o braço e solicite-as ao fiscal.
- **Não haverá substituição das folhas de texto definitivo** por erro do candidato.
- As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo e não valerão para a avaliação.
- Só será permitido o uso de caneta com tinta indelével azul ou preta. A letra deverá ser legível, evitando-se rasuras e emendas. É proibido o uso de corretor.
- As folhas de questões e as folhas de rascunho permanecerão com o candidato ao término dos trabalhos.
- **Ao terminar a prova**, erga o braço e aguarde o fiscal para que as folhas sejam conferidas e afixadas ao caderno de prova antes da entrega.

QUESTÃO 1

Empregadora Nair é condenada em ação trabalhista, proposta pela trabalhadora Bete, em face de contrato de trabalho doméstico, ao pagamento de verbas descritas no título executivo judicial.

Iniciada a execução em janeiro de 2016, foi procedida a penhora de bem imóvel em abril de 2016, com ciência da executada Nair, que deixou fluir os prazos legais sem qualquer manifestação no processo.

A exequente Bete, diante do silêncio, requer seja realizada a alienação do bem penhorado.

Tomando conhecimento do requerido pela exequente, imediatamente a executada peticiona invocando a impenhorabilidade do bem, já que único imóvel e utilizado como residência pela família.

Considerando que a alegação da executada está comprovada, discorra a respeito de qual a solução cabível para cada um dos requerimentos das partes.

QUESTÃO 2

Olegário, ex-empregado de empresa pública, ajuíza reclamatória trabalhista pretendendo afastar a dispensa por justa causa que lhe foi imposta. Pede, em sequência, a reintegração no emprego e, sucessivamente, o pagamento das reparações devidas na hipótese de dispensa imotivada.

Em contestação, a ex-empregadora alega que a despedida está fundada na prática de atos de improbidade e indisciplina definidos em relatório de comissão de auditoria interna, mediante apuração e análise de documentos, levantamentos contábeis e depoimentos. Aponta que a conclusão do procedimento administrativo confirma o envolvimento do reclamante nas condutas ensejadoras das duas tipificações. Invoca, ainda, a presunção de legitimidade do ato administrativo. Com a contestação junta a integralidade do procedimento administrativo disciplinar.

Em audiência, é deferido prazo ao reclamante para manifestação a respeito da contestação e documentos.

Em seu prazo o reclamante peticiona nos seguintes termos: “Que foi ouvido pela comissão, apresentou diretamente sua defesa no procedimento administrativo, negando a prática de qualquer irregularidade. Pede a procedência das postulações”.

Sem outras provas, as partes concordaram com o encerramento da instrução.

Com base nos elementos expostos, e fundamentadamente, como você decidiria o caso?

QUESTÃO 3

Roberta, na condição de cônjuge de ex-cotista de uma microempresa executada, ingressa com embargos de terceiro visando desconstituir a penhora incidente sobre imóvel do qual é meeira.

Os embargos são rejeitados sob o fundamento de que a embargante, por ser casada, também foi beneficiada pelo trabalho do ex-empregado, devendo suportar a execução.

Irresignada com essa decisão, a embargante interpõe recurso ordinário junto ao juízo executório, requerendo a remessa ao TRT e a reforma do que decidido.

O recurso é recebido nos termos seguintes: “Hábil e tempestivo, recebo o apelo. À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.”.

Tempestivamente, o embargado apresenta contrarrazões, requerendo na mesma oportunidade, ao juiz de primeiro grau, a reconsideração da decisão de admissibilidade sob os seguintes fundamentos: “(a) O recurso ordinário não é medida adequada na espécie; (b) Não houve delimitação de valores incontroversos nem o recolhimento de custas processuais; (c) O juízo não está garantido, seja com depósito recursal, seja com o bem constricto, pois da citação consta o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e o bem está avaliado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)”.

Como devem ser enfrentados os questionamentos arguidos na petição de reconsideração?

QUESTÃO 4

Setembrino, brasileiro, foi contratado em março de 2014, em Porto Alegre, por empresa brasileira para prestar serviços em Sidney/Austrália, onde permaneceu até abril de 2016. Realizou treinamento em São Paulo e embarcou no Rio de Janeiro. A empresa na qual o trabalhador prestou serviços é estrangeira e pertencente ao mesmo grupo econômico da contratante.

Responda, justificadamente, aos questionamentos:

- a) Que legislação se aplica ao contrato de trabalho?

- b) Qual o Foro competente para apreciar e julgar eventual conflito decorrente do contrato de trabalho?

QUESTÃO 5

Adamastor e a empresa Correta Ltda. mantiveram contrato individual de trabalho de agosto de 1982 a 30 de abril de 2014, tendo sido ajuizada reclamatória trabalhista pelo ex-empregado Adamastor em 18 de junho de 2014. Nessa ação o reclamante postula o pagamento de horas extras.

Em 15 de dezembro de 2010, o sindicato profissional representante da categoria do trabalhador ajuizou protesto interruptivo de prescrição, objetivando resguardar o direito dos substituídos, dentre eles Adamastor, de postular “diferenças decorrentes de supressão parcial de horas extras habitualmente realizadas pelos substituídos e/ou o não pagamento de horas extras realizadas.”. Dessa medida processual, a empregadora Correta Ltda. tomou ciência em 03 de fevereiro de 2011.

Admitida, na hipótese, a legitimidade do Sindicato profissional para propor o protesto judicial, responda, fundamentadamente:

- a) Quais os efeitos jurídico-processuais do protesto no caso proposto?

- b) Caso fosse a reclamatória ajuizada em 07 de fevereiro de 2016, qual a eficácia jurídico-processual do protesto ajuizado?

QUESTÃO 6

A representação de uma categoria profissional diferenciada está legitimada num sindicato de âmbito estadual (Rio Grande do Sul).

Por interesse e deliberação coletiva profissional, é promovido regular desmembramento dos municípios da região sul do Rio Grande do Sul, com encaminhamento do pedido de registro do novo sindicato profissional junto ao Ministério do Trabalho, ainda em tramitação.

Considerando que:

- (a) o empregador A possui dois estabelecimentos no Rio Grande do Sul, um na base territorial originária e outro na base territorial desmembrada; e
- (b) nestas unidades existem empregados que exercem atividade profissional diferenciada.

Responda, de modo fundamentado, as questões formuladas:

- a) O acordo coletivo de trabalho originariamente firmado com o então sindicato profissional de base estadual permanece produzindo efeitos na base desmembrada?
- b) Os trabalhadores eleitos dirigentes do novo sindicato já estão assegurados pelas prerrogativas de proteção contra a despedida imotivada?
- c) Na hipótese de que essa categoria profissional diferenciada seja a dos advogados, para qual sindicato seria destinada a contribuição sindical profissional?

DISSERTAÇÃO

O contrato de trabalho perdurou de 01.11.1995 a 30.06.2009. Ajuizada a ação em 28.05.2010, o título executivo pronunciou a prescrição quinquenal e excepcionou da execução verbas anteriores a 28.05.2005. Iniciada a execução, não foram encontrados bens da pessoa jurídica e, em abril de 2016, houve o redirecionamento da execução e a penhora de valores em contas bancárias de três sócios da executada. A documentação comprova a participação societária dos sócios nos seguintes períodos (devidamente averbados na Junta Comercial):

Sócio A: de 01.11.1989 a 30.10.1998

Sócio B: de 01.12.2006 a 30.06.2008

Sócio C: de 01.10.2010 a 30.10.2015.

1. Discorra sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica abordando:

a) Requisitos e/ou pressupostos conceituais do direito material para a adoção do instituto, inclusive se a mera ausência de patrimônio suficiente da pessoa jurídica executada enseja a desconsideração da personalidade jurídica;

b) Formas de aplicação desse instituto previstas no CPC (Lei Federal 13.105/15), explicando cada uma delas.

c) No caso supra, limites de responsabilidade de cada um dos sócios pela dívida da pessoa jurídica.